

POUR QUE LUTAMOS

**JURÍDICO: 28,86%
E 3,17% NA PAUTA**

[PG. 03]

**NOVO ATAQUE À UNIVERSIDADE:
GOVERNO ANUNCIA MAIS UM
CORTE DE 30%**

[PG. 03]

**CORTE DO DESCONTO EM FOLHA,
CONTRARREFORMA DA PREVIDÊN-
CIA E PACOTE ANTI CRIME**

[PG. 04]

EDITORIAL

LUTAR QUANDO É FÁCIL VENDER: EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!

A chapa “Luto pela Universidade Pública!” assumiu a direção da Adufmat-Ssind no dia 09 de abril, no contexto de um governo que anuncia medidas ultraneoliberais, fundamentadas ideologicamente no neoconservadorismo que faz ode à irracionalidade. Talvez este seja o contexto de ataques mais profundos à educação pública brasileira de todos os tempos.

Nesta edição do Jornal da Adufmat-Ssind, queremos situar a comunidade acadêmica acerca dos ataques e desafios que precisaremos enfrentar, não apenas no bojo do sindicato, mas com a luta ativa de todos aqueles que prezam pela ciência e tecnologia, a democracia e a soberania nacional.

Do micro ao macro, denunciaremos, nesta edição, os ataques que a Reitoria tem feito aos professores, como a discussão da Resolução 158/10 que, nos marcos da acumulação flexível, tende a ser alterada para intensificar o trabalho docente e normatizar as horas que trabalhamos para além das 40 semanais previstas em nosso contrato.

Denunciamos a Portaria 007 que institui uma auditoria sobre nossos encargos. Exigimos saber qual o objetivo da auditoria e ter acesso a seus relatórios! Situamos os professores sobre a condição atual das nossas lutas pelos 28,86% e os 3,17%, firmando nosso compromisso com a valorização docente e do ensino público.

Denunciamos, ainda, o caráter privatista do atual governo quando afirmamos que a proposta de Contrarreforma da Previdência Social significa o fim do pacto solidário entre os trabalhadores de Seguridade Social para implementar um modelo de capitalização, ao qual, conjugado com a Reforma Trabalhista, que precariza os vínculos empregatícios, significa que a maior parte dos trabalhadores brasileiros precisará trabalhar até morrer.

Além disso, denunciaremos o caráter antidemocrático do governo que ataca nossos direitos e, ao mesmo tempo, vislumbra aprovar um suposto “pacote anticrime”, que na prática significa autorização da polícia para matar, dando condições para o próprio governo agir com truculência

contra aqueles que ponham seus projetos em xeque. Bolsonaro afirma que cursos como sociologia e filosofia serão fechados para priorizar áreas rentáveis, buscando eliminar o pensamento crítico em nosso país, refletindo sobre a reversão neocolonial do Brasil, para que nos tornemos ainda mais dependentes em tecnologia e produção científica.

Os ataques são tão graves que não é mais possível enfrenta-los apenas como docentes! Precisaremos dar as mãos a todos aqueles que sonham com um país soberano e justo. Por isso, prenunciamos nossos esforços em nos aproximar dos povos originários, camponeses, LGBTs, movimento feminista, entre outros. Todos aqueles que o governo declara como inimigo, nós vemos como aliados!

Parafraseando Chico Buarque, prosseguiremos sonhando mais um sonho impossível; Lutando quando é fácil ceder; Vencendo o inimigo invencível; Negando quando a regra é vender... porque educação não é mercadoria!

SINOP

SINOP VOLTA A DEBATER RESOLUÇÃO 158/10

No dia 24/04/19, a Subseção da Adufmat-Ssind em Sinop realizou um debate sobre Resolução 158/10, que regulamenta a atividade docente na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A atividade foi pensada em referência ao Dia Internacional dos Trabalhadores e à Paralisação Nacional da Educação contra a Reforma da Previdência.

O debate contou com a presença de membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da UFMT, da diretoria da Adufmat-Ssind, representada pelos professores Quêlen Barcelos e Djeison Benetti, além dos representantes da Subseção e demais professores do campus.

No período da manhã os professores Carlos Breda e Mário Sugizaki falaram sobre sua participação na discussão sobre a Resolução no Consepe, ouviram as opiniões dos professores, tiraram dúvidas e debateram o tema. No período da tarde, as professoras Clarianna Silva e Solange Bonaldo realizaram a leitura da resolução, discutindo pontos com os professores e anotando sugestões para levar ao Conselho.

De forma geral os professores demonstraram preocupação em garantir que o trabalho docente continue baseado no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, sugerindo propostas que assegurem um número mínimo satisfatório de horas para exercer essas atividades, e divergiram totalmente da proposta de que a atribuição da carga horária fique a cargo de cada unidade acadêmica.

Na ocasião, os representantes locais eleitos para o biênio 2019-2021, Arlindo de Paula Neto (coordenador Geral), Gustavo Canale (secretário), Gerdine Sanson (vice-secretária) e Fábio Borges (tesoureiro) se apresentaram formalmente à categoria.

Desde 2016, os docentes da UFMT discutem a elaboração de uma nova normativa interna que regule as atividades docentes. O debate foi suspenso pela Reitoria em meados de 2017, mas deverá ser retomado pelo Consepe nos próximos dias.



ARAGUAIA

REATIVAÇÃO DA SEDE DA SUBSEÇÃO ADFUMAT NO PONTAL DO ARAGUAIA SERÁ UMA DAS PRIMEIRAS AÇÕES DA NOVA REPRESENTAÇÃO LOCAL



FOTOGRAFIA: VANESSA DAMACENA M. TAVARES

A nova representação da Subseção Adufmat-Ssind no Araguaia, “Nenhum direito a menos - Educação em primeiro lugar” (2019-2021), composta pelos professores Grazielle Borges Pena, Frederico Jorge Guirra e Eliel Ferreira da Silva, tomou posse na capital do estado no dia 09/04/19.

Os docentes pretendem melhorar a comunicação com os professores associados e não associados, a fim de compreender a demanda e possibilitar melhorias no que tange às condições de trabalho.

Uma das primeiras ações da nova direção será recuperar e reativar o funcionamento da sede da Adufmat-Ssind no Araguaia, localizada na Unidade I, em Pontal do Araguaia-MT.

O local se encontra em condições de abandono e demanda reformas, além de limpeza e aquisição de material. A reativação visa propiciar que os professores associados que atuam no Campus do Pontal do Araguaia possam usufruir do mesmo atendimento e mesma infraestrutura que o sindicato oferece para os professores que atuam na Unidade II, localizado em Barra do Garças.



GESTÃO: LUTO PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA!

- Diretor Geral: Aldi Nestor de Souza
- Diretora Geral Adjunta: Quêlen de Lima Barcelos
- Diretor Secretário: Elvis Lira da Silva
- 2º Diretor Secretário: Maelison da Silva Neves
- Diretor Tesoureiro: Djeison Benetti
- 2ª Diretora Tesoureira: Liliane Capilé Charbel Novais
- Diretora de Assuntos de Aposentadoria: Maria Luzinete Alves Vanzeler
- Diretora de Imprensa: Lélica Elis P. de Lacerda
- Diretor de Assuntos Sócio-Culturais: Armando Wilson Tafner Junior

- Conselho Fiscal:
- Dorival Gonçalves
- Frederico José Andries Lopes
- Vinicius Machado Pereira dos Santos
- Suplentes:
- Alair Suzeti da Silveira
- Einstein Lemos de Aguiar

- Representantes de Subseção campus Sinop:
- Gerdine Sanson
- Gustavo Canale
- Arlindo Machado Neto
- Fábio Borges

- Representantes de Subseção campus Araguaia:
- Eliel Ferreira
- Grazielle Pena
- Frederico Guirra

Jornalista Responsável: Luana Soutos (DRT 1676/MT)

Av. Fernando Correa da Costa, S/Nº
 Coxipó | Campus UFMT | Cuiabá
 Cep. 78.060-900 | Mato Grosso | Brasil
 (65) 99686-8732 • (65) 3615-8293
 adufmat@terra.com.br • www.adufmat.org.br

DIREITOS

28,86%: NUM ESTADO DEMOCRÁTICO, DIREITO CONQUISTADO TEM DE SER GARANTIDO

O processo dos 28,86%, iniciado pela Adufmat-Seção Sindical do ANDES-SN em 1992, transitou em julgado em 1996, reconhecendo o direito dos docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) ao percentual. Começou então a fase de execução, que se estende há 23 anos, e tem como objetivo discutir se apenas os professores que estavam no início do processo receberiam, ou se os que foram adicionados ao quadro posteriormente também.

Em 2013, o colégio de desembargadores do Tribunal Regional Federal 1 (TRF1) decidiu que todos os docentes efetivos, independente da data de ingresso na instituição, devem ter o direito conquistado garantido, com base no princípio da equidade no serviço público. Em 2016, numa batalha dura e insistente, o juiz federal César Bearsi mandou a UFMT cumprir a decisão e pagar os 28,86% para todos.

Dois anos depois, o mesmo juiz se disse convencido de que a UFMT havia incorporado o percentual aos salários ao longo dos anos. A decisão equivocada, tanto pelo argumento de incorporação, quanto pelo fato de que a discussão sobre o mérito já havia sido superada, motivou a suspensão do pagamento para todos os professores, mesmo os que já estavam na universidade no início da década de 1990.

Atualmente, o processo aguarda manifestação jurídica em duas frentes: o conteúdo do processo como um todo, com a decisão final, incluindo o percentual ao salário e efetivando o pagamento retroativo; e um pedido de liminar para restabelecer imediatamente o pagamento dos 28,86% a todos.

A assessoria jurídica e a diretoria do sindicato consideram que o pagamento só não será retomado se houver, de fato, a ruptura do Estado Democrático de Direito no país, já que a categoria ganhou o mérito do processo em 1996, e o colégio de desembargadores do TRF1 voltou a reconhecer o direito de todos em 2013.

“A Justiça nunca foi técnica, sempre foi política. Há um movimento nacional atualmente que tenta, via Judiciário, impor uma política de medo a quem reivindica direitos. O ANDES - Sindicato Nacional formou uma comissão para avaliar diversos registros em todo o país e eu acredito que esse também é o caso da Adufmat-Ssind”, afirmou o diretor Maelison Neves, na última assembleia em que a categoria debateu o tema.

Nessa mesma assembleia, a categoria aprovou que a assessoria jurídica deve disponibilizar informes mensais sobre o caso, mesmo sem movimentações relevantes. Todas as informações sobre os 28,86% podem ser encontradas no site da Adufmat-Ssind, seguindo o menu “COMUNICAÇÃO/28,86%”.

SOBREVIVÊNCIA

NOVO ATAQUE À UNIVERSIDADE: GOVERNO ANUNCIA MAIS UM CORTE DE 30%

O governo Bolsonaro anunciou mais um corte nos recursos destinados às universidades e institutos federais. Muitas já declararam a inviabilidade de funcionamento nos próximos meses. Na UFMT, a Reitoria reuniu representantes da comunidade acadêmica na quarta-feira, 08/05, para dizer que o recurso atual garante o funcionamento da instituição até junho.

Como sabemos, o desmonte do ensino superior público é parte do projeto ultraneoliberal das elites nacionais e internacionais para ampliar suas taxas de lucros em cima dos trabalhadores. Assim, só terá acesso à educação de qualidade, crítica e ampliada quem puder pagar. O governo federal já deixou claro que seu interesse é formar mão de obra rápida e barata para o mercado.

Em 2014, o orçamento das universidades era de R\$ 11 bilhões, e sofreu importantes cortes por parte do governo Dilma. Contraditoriamente, o governo que utilizava o slogan “Pátria Educadora” reduziu em mais de 10% o orçamento do Ministério da Educação. De lá pra cá, a situação só se agravou! Em 2015, os docentes federais fizeram a maior greve da história para denunciar os cortes absurdos. Em 2016 foi aprovada Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos os investimentos sociais, sendo a mais ousada medida de austeridade fiscal do mundo. A EC 95/16 significa, a médio prazo, a inviabilidade dos serviços públicos como o Sistema Único de Saúde (SUS), o sistema público de educação (infantil, básica ou superior), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Previdência Social, entre outros. Na ocasião, estudantes da UFMT ocuparam os blocos de alguns institutos, e enfrentaram intensos protestos de colegas e docentes que, mediocrementemente, alegavam precisar terminar o semestre, não entendendo a gravidade da medida que significa o desmonte dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988.



O congelamento dos investimentos sociais aprovado em 2016 passaria a vigorar a partir de 2018, tendo o então governo Temer todo o ano de 2017 para ajustar o orçamento sobre o qual se implementaria o congelamento de 20 anos. Assim, em 2017 novos cortes foram realizados, de modo que, no orçamento de 2018, restou às universidades um total de R\$ 4,9 bilhões, ou seja, um orçamento 54% menor do que o de 2014.

Mas é o governo Bolsonaro que fere de morte as universidades públicas, afirmando que as áreas de Filosofia e Sociologia não são importantes, que os estudantes brasileiros são fissurados na ideia de entrar na universidade, além de incentivar a criminalização dos professores, fomentando a exposição de supostas “doutrinações”.

Agora os ataques saem do plano da retórica e chegam ao orçamento. A previsão orçamentária para as universidades em 2019 foi de 4,2 bilhões de reais. Não chega a 39% do orçamento de 2014, que já representava imensa dificuldade para as comunidades acadêmicas. Mas o ódio de Bolsonaro à ciência e ao conhecimento que destroem “mitos” vai além. Para esconder o a desculpa esdrúxula de “balbúrdia” nas universidades que realizaram atividades políticas importantes diante da conjuntura, o Ministério da Educação anunciou que o corte de 30% seria para todas as universidades federais. Não existe medida técnica capaz de absorver estes cortes. Eles representam a inviabilidade de concluir obras, ampliar a oferta ou qualificar os cursos, as pesquisas e as extensões. Ele significa a inviabilidade financeira das universidades, que já anunciam a falta de condições de permanecerem abertas até o fim de 2019. No caso da UFMT, significa a inviabilidade de iniciar suas atividades no segundo semestre deste ano.

Agora é guerra! Ou a educação derruba o governo, ou o governo inviabiliza a educação pública e gratuita no Brasil! Todos nas ruas no dia 15/05 com a Educação e na Greve Geral do dia 14/06.

Confira ao lado o calendário de debates organizados pela Adufmat-Ssind para debater os cortes de recursos nas universidades.

3,17% (URV)

Outra luta necessária à categoria é pela garantia do direito à Unidade Real de Valor (URV). Desde 2002, quando o processo teve início, os docentes da UFMT reivindicam os 3,17%, retributivo ao período de troca da moeda nacional para o Real.

A Adufmat-Ssind ganhou a causa em 2005, e imediatamente eu início ao processo de execução (segunda fase) - tal qual o processo dos 28,86% -, para a elaboração dos cálculos para a cobrança judicial.

Depois de muitos recursos por parte da UFMT tentando, no mínimo, protelar o acesso ao direito - senão impedi-lo -, o sindicato conseguiu demonstrar ao juiz que os cálculos estavam corretos e poderiam ser executados.

Assim, determinando algumas alterações, o juiz intimou o perito contábil, que iniciou os trabalhos em 11/03/19 e terá o prazo de 60 dias úteis para entregar os novos cálculos (o perito solicitou mais 45 dias). Depois disso, o processo seguirá os trâmites normais para execução dos pagamentos.

PORTARIA 007

REITORIA QUER ANALISAR ENCARGOS E JORNADA DOCENTE POR MEIO DE AUDITORIA

Uma das preocupações atuais da Adufmat-Ssind, relacionada à discussão da Resolução 158/10, diz respeito à Portaria 007/AUDIN/2019, que entra em vigor em 15/04 e estabelece a realização de uma Auditoria Interna sobre Encargos Didáticos e Cumprimento de Jornada.

O documento determina que o auditor elabore uma “análise crítica sobre as distribuições (horas acima da razoabilidade, lançamento de valores pagos por bolsas ou GECC, horas administrativas, etc.), com emissão de opinião sobre a distribuição desses encargos”, e entregue o relatório final até 25/06/19.

A Adufmat-Ssind já solicitou uma reunião com a Reitoria para tratar do assunto, pois entende que, diante das discussões dentro da universidade, a auditoria representa um caráter policaiesco e agressivo à democracia interna, desrespeitando a autonomia dos departamentos e congregações.

AGENDA DE DEBATES SOBRE OS CORTES NA UFMT

10 de Maio
de 2019

Audatório do IE
Às 14h

Audatório da FAET
Às 9h

13 de Maio
de 2019

20 de Maio
de 2019

Audatório do Batatão
Às 14h

Audatório do ICHS/IGHD
Às 14h

24 de Maio
de 2019

30 de Maio
de 2019

Audatório do CCBS III
Às 14h

PERSPECTIVAS/DIGNIDADE

NÃO EXISTE PREVIDÊNCIA PRIVADA; A CAPITALIZAÇÃO É UM RISCO, UM JOGO, UMA APOSTA

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, no final de abril, o texto do Governo Bolsonaro para Reformar a Previdência Social. Precisamos ampliar a mobilização e resistência, pois essa reforma retirará qualquer perspectiva de dignidade dos trabalhadores brasileiros.

Em entrevista à Adufmat-Ssind, a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Sara Granemann, uma das principais referências no Brasil quando o assunto é Previdência Social, explicou que Previdência é somente pública, e que o mercado financeiro inventou o termo Previdência Privada para atrair a população. A proposta real desse Mercado de Capitais é, portanto, aumentar o lucro dos bancos. "Podem dizer que há déficit, que estamos vivendo demais, todos esses discursos colam no imaginário popular e causam medo, mas o centro dessa Reforma é transformar a Previdência toda em capitalização (investir para produzir juros)", afirmou a pesquisadora.

A Reforma da Previdência é mais econômica do que política. Não é verdade que há um déficit na Previdência, mas é verdade que as privatizações são fontes enormes de lucro para o capital. Por esse motivo, todos os trabalhadores, públicos e privados estão no olho de um furacão. Inclusive os que já estão aposentados - que verão o poder de compra de seus benefícios reduzindo a cada ano.

Como o governo não pode admitir isso, tenta arrumar argumentos para justificar o injustificável. Assim, repercutem uma ideia já presente no primeiro governo neoliberal brasileiro, de Fernando Collor de Melo, de que é preciso retirar "privilégios" dos setores públicos, enquanto, ao mesmo tempo, o governo exalta e estende benefícios ao setor privado.

Vale ressaltar, no entanto, que Bolsonaro não está inventando a roda. Ele assume a tarefa de desfechar um processo de ataque já em andamento, inviabilizado anteriormente pela resistência popular. Passadas as primeiras medidas do



ORGANIZAÇÃO

BOLSONARO PROMETEU ACABAR COM ATIVISMO E VEM SE EMPENHANDO PARA CONSEGUIR

Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro disse inúmeras vezes que sua intenção é acabar com todos os tipos de ativismo no Brasil. Nesses cinco meses de governo já fez vários movimentos nesse sentido, ameaçando, inclusive, o direito constitucional de livre organização dos trabalhadores.

A própria Adufmat-Ssind se viu sob ataque, a partir da edição da Medida Provisória 873/2019 - que o sindicato conseguiu segurar judicialmente-, e também do Decreto presidencial (9.735/19), ambos com o objetivo de suspender o desconto em folha da contribuição mensal dos sindicalizados.

A MP 873/19 foi editada pelo presidente da República na surdina, e publicada no dia primeiro de março - durante o período de carnaval -, com o objetivo principal de enfraquecer os sindicatos na luta contra a sua proposta de Reforma da Previdência. Por ser reconhecidamente inconstitucional, juizes de todo o país concederam liminares favoráveis aos sindicatos, garantindo o direito à livre organização sindical.

Não satisfeito, dias depois, Bolsonaro publicou o Decreto Presidencial 9.735/19, revogando dispositivos do Decreto 8.690/16, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no Poder Executivo federal.

Diante disso, ao completar 40 anos, a Adufmat-Ssind se depara com mais uma contradição: menos recurso faz maior o desafio de mobilizar a base. A diretoria está estudando as possibilidades, com a certeza, no entanto, de que a luta seguirá utilizando todas as ferramentas disponíveis.

governo Collor, e as reformas de Fernando Henrique, Lula e Dilma, restou a Bolsonaro a implementação da capitalização, baseada no modelo chileno, para por fim à Previdência Social. Em resumo, a proposta é a seguinte: quem já está aposentado ficará com a previdência pública, que terá valores cada vez mais baixos e, quem não estiver aposentado, será obrigado a migrar para a capitalização (mercado de capitais) individual.

"Mas o que é capitalização por conta individual? Não é sequer fundo de pensão, é ainda pior. Por exemplo, duas pessoas que trabalham no mesmo lugar investem em contas individuais capitalizadas diferentes, e uma dessas empresas de capitalização quebra. Essa pessoa não terá aposentadoria. A outra, talvez, tenha. É assim no Chile, nos Estados Unidos, Argentina, em vários países do mundo", observou Granemann.

O modelo se mostrou um verdadeiro fracasso em nível mundial. A maioria da população aposentada no Chile, por exemplo, recebe atualmente entre 40 e 60% do salário mínimo local (que corresponde a cerca de R\$ 1.200,00). Ou seja, há chilenos que trabalharam a vida toda e contribuíram durante anos para o enriquecimento das empresas de capitalização e, como recompensa, vivem numa faixa de renda localizada abaixo da linha da pobreza, com menos do que seria R\$ 600 no Brasil por mês.

Além da capitalização, a proposta atual de reforma mudará as regras quanto às contribuições incidentes sobre proventos e pensões, pois não haverá mais diferença na base de cálculo no caso de o beneficiário ser portador de doença incapacitante.

Essas alterações atingirão todos os homens e mulheres com idade inferior a 50 e 45 anos, respectivamente. Os servidores que têm idade superior serão alcançados pela regra de transição, desde que cumpram todos os seus requisitos. Os que não atingiram essas idades, mas cujo ingresso no serviço público foi anterior a 2013, até poderão receber aposentadorias não limitadas ao teto do Regime Geral, desde que não tenham aderido ao Regime Complementar - Funpresp.



Haverá, ainda, a uniformização do tempo de contribuição e elevação da idade mínima, aplicação obrigatória do teto de benefícios do Regime Geral e Previdência Complementar, e vedação de acúmulo de aposentadoria com pensão por morte a qualquer beneficiário - o que pode até parecer justo para quem desconhece a informação de que 2/3 dos aposentados no país recebe apenas um salário mínimo de benefício; somente 1/3 dos aposentados consegue receber mais do que R\$998 e menos de 0,1% atinge o chamado teto (atualmente cerca de R\$5.645,00).

"No modo de produção capitalista nenhum direito do trabalho está garantido. A gente consegue isso, quando a nossa organização produz uma ofensiva sobre o capital. Depois vem outro período de crise e o capital parte para a ofensiva. É a luta de classes; é a expressão da luta de classes", disse a docente da UFRJ.

Referindo-se a tudo o que tem acompanhado nos últimos anos, a pesquisadora foi taxativa: "Ninguém está garantido, nem servidor municipal, federal, estadual, nem pescador, nem empregado do capital. Ninguém. A reforma é isonômica no sentido contrário, porque tira o direito de todo mundo". A única forma de barrar novamente a ofensiva ao direito à aposentadoria e a seguridade social é, portanto, repetir o que manteve a Previdência Pública até o momento: a unidade de todos os trabalhadores para resistência.



PACOTE ANTICRIME DE MORO PERSEGUIRÁ POPULAÇÃO POBRE E TRABALHADORES ORGANIZADOS, MAS RESGUARDARÁ GRANDES CRIMINOSOS

Seguindo a sua narrativa de caráter essencialmente moralista, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, aguarda a apreciação e aprovação do chamado Pacote Anticrime. A proposta, de sua autoria, tem 34 páginas e propõe mudanças em 14 pontos do Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Execução Penal, Lei de Crimes Hediondos e Código Eleitoral, além de abordar temas como corrupção, crime organizado e violência.

Como os movimentos sociais de trabalhadores organizados vêm sendo sistematicamente criminalizados nos últimos anos, a proposta - fruto de um governo extremamente conservador e elitista - está sendo estudada e debatida. "O pacote serve apenas para introduzir uma lógica de combatente versus civil, principalmente da população mais pobre, e esconde escotilhas diversas, saídas jurídicas para os grandes criminosos, os amigos do rei", avaliou o advogado Jan Havlik, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, em entrevista à Associação dos Docentes Federais de Sergipe.

No geral, os movimentos sociais avaliam que o pacote está longe de atingir o verdadeiro foco da violência, expressa a cultura do punitivismo e tende a piorar a situação carcerária do Brasil. Além disso, a lei pode dificultar a punição de policiais homicidas e encobrir crimes de feminicídio por trás do discurso de "crime passionnal". A população deve ser amplamente ouvida com relação ao assunto, considerando que há inúmeros estudos comprovando que o encarceramento não é a solução para a violência no país.